

Economia - Brasil

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK ESTADO DE SÃO PAULO

14 JUN 1996

Estabilização, convicção e coerência

O discurso de posse do ministro Antônio Kandir pode ter sido prolixo, mas foi esclarecedor. Deve ter decepcionado todos que — dentro e fora do governo — ainda esperavam que o novo titular do Ministério do Planejamento pudesse vir a atuar como uma voz dissonante na equipe econômica. Não há uma só passagem do longo discurso que possa dar alento a tal expectativa. Muito pelo contrário. Tudo indica que o novo ministro deverá contribuir para reforçar a convicção do governo sobre a necessidade de se levar adiante o processo de consolidação do programa de estabilização.

Mesmo uma equipe econômica coesa, com visões convergentes sobre a condução da política econômica, está fadada a enfrentar grandes dificuldades nesta fase de consolidação do Plano Real. Mas é óbvio que tais dificuldades tendem a ser redobradas quando dissensões dentro da equipe comprometem a eficácia da condução da política econômica, exigindo que, a cada passo, se-



Governo conseguiu formar uma equipe com razoável consenso

sa ser feito, e a convicção necessária para enfrentar a desgastante tarefa de consolidação do esforço de estabilização.

A mudança vem em boa hora, já que há fortes indicações de que a continuidade desse esforço, nos próximos meses, deverá colocar à prova a convicção do governo sobre o acerto do rumo escolhido. Doravante não há mais resultados espetaculares a obter. Se a taxa de inflação continuar incrustada em pouco menos de 1,5% ao mês, a taxa anualizada não será muito distinta da observada em 1995.

E o progresso na reversão da deterioração das contas públicas

jam rediscutidas contestações e premissas básicas da própria estratégia maior do programa de estabilização. Dificuldades desse tipo, que prejudicaram em muito a atuação da equipe econômica no passado, e chegaram a colocar em risco a credibilidade do programa, parecem agora superadas. Tudo indica que o governo conseguiu, afinal, formar uma equipe com razoável consenso sobre o que preci-

promete ser lento. Assim como promete ser lento o avanço das reformas e das medidas de redução do custo Brasil. Nessas condições, a política econômica do governo deverá ser objeto de críticas cada vez mais contundentes, exacerbadas pelo calor da campanha eleitoral no segundo semestre. Uma equipe econômica com um mínimo de coesão, partilhando da mesma convicção sobre o acerto do rumo a seguir, deverá facilitar em muito a resistência do governo a essa baragem de críticas.

Exatamente porque os avanços prometem ser lentos, é mais do que nunca importante manter estrita coerência e firmeza de propósito na condução da política econômica. Para que o governo possa preservar a credibilidade do esforço de estabilização, enquanto ganha tempo para se contornar os entraves políticos às reformas necessárias — dificuldades inerentes a uma democracia com a complexidade da brasileira —, é importante poder *mostrar, a cada passo, que as mudanças, ainda que lentas, são sempre na direção correta*. Se o governo não pode desde já fazer tudo o que deve ser feito para consolidar a estabilização, que pelo menos mostre estar fazendo o possível e, principalmente, que não está fazendo nada

que não deve ser feito.

Nesse sentido, foi oportuna a manifestação pública do novo ministro do Planejamento de oposição à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja criação representaria um movimento exatamente na contramão da reforma tributária que hoje se faz necessária. É verdade que a proposta da criação da CPMF, defendida ardorosamente pelo ministro da Saúde, Adib Jatene, nunca contou com o entusiasmo da equipe econômica. Mas, face à persistência do ministro Jatene, a oposição algo morna da equipe econômica acabou dando lugar a uma postura de complacência constrangida com o exotismo tributário da proposta.

Mesmo tendo-se em conta a recente reiteração formal do compromisso do Executivo com o projeto de criação da CPMF, a discordância manifestada pelo novo ministro do Planejamento parece ter reaberto espaço para que o assunto voltasse a ser examinado com mais cuidado pelo governo e pelo Congresso. É um bom início. Mostra que a entrada de Kandir poderá ajudar o governo a dar mais coerência à condução da política econômica.

■ Rogério Furquim Werneck é professor do departamento de Economia da PUC-RJ